



Ministério do Turismo  
Gabinete do Ministro

**MEMÓRIA DE REUNIÃO**  
***Apresentação do Proposta Preliminar do Programa Revive Brasil***

**Data:** 24.07.2019

**Local:** Ministério do Turismo, Gabinete do Ministro (Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 3º andar – Brasília-DF)

**Horário:** 15h30 às 16h30

**Participantes:**

	Nome	Cargo/Órgão	Ram al	E-MAIL
1	Babington dos Santos	Secretário Nacional de Integração Interinstitucional	7771	<a href="mailto:snint@turismo.gov.br">snint@turismo.gov.br</a>
2	Edson Viana Barros	Analista de Infraestrutura /DEOTur/SNETur	7289	<a href="mailto:edson.barros@turismo.gov.br">edson.barros@turismo.gov.br</a>
3	Elisabete Brito	Coordenadora de Apoio à Elaboração de Planos de Desenvolvimento do Turismo/DEOTur/ SNETur	7277	<a href="mailto:elisabete.brito@turismo.gov.br">elisabete.brito@turismo.gov.br</a>
4	Hercy Filho	Ministro de Estado do Turismo, Substituto	7019	<a href="mailto:hercy.filho@turismo.gov.br">hercy.filho@turismo.gov.br</a>
5	Lívian Carmo	Diretora do DEPROD/SNINT, Substituta	7303	<a href="mailto:livian.carmo@turismo.gov.br">livian.carmo@turismo.gov.br</a>
6	Mateus Martins	Assessor Especial do Ministro	7124	<a href="mailto:mateus.martins@turismo.gov.br">mateus.martins@turismo.gov.br</a>
7	Nicole Facuri	Coordenadora-Geral de Meio Ambiente, Cultura e Economia Criativa	7491	<a href="mailto:nicole.facuri@turismo.gov.br">nicole.facuri@turismo.gov.br</a>
8	Rafaela Lehmann	Coordenadora-Geral de Parcerias e Concessões/SNINT	7071	<a href="mailto:rafaela.lehmann@turismo.gov.br">rafaela.lehmann@turismo.gov.br</a>
9	Rodrigo Rios	Técnico – CGPC/DEPROD/SNINST		
10	Silvana Nascimento	Diretora do DEOTur/SNETur	7676	<a href="mailto:silvana.nascimento@turismo.gov.br">silvana.nascimento@turismo.gov.br</a>
11	Soraya Magalhães	Assessoria Técnica do Gabinete do Ministro	7046	<a href="mailto:soraya.magalhaes@turismo.gov.br">soraya.magalhaes@turismo.gov.br</a>
12	Wilken Souto	Assessoria Técnica do Gabinete do Ministro	7074	<a href="mailto:wilken.souto@turismo.gov.br">wilken.souto@turismo.gov.br</a>

**Pauta:** Apresentar proposta preliminar do Programa Revive no Brasil

**Objetivos:**

1. Deliberar sobre pontos estratégicos para implementação do programa no Brasil.



Ministério do Turismo  
Gabinete do Ministro

## **Síntese:**

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento Produtivo Substituta, Lívian Lima do Carmo, iniciou a reunião contextualizando o resultado de alguns dos encaminhamentos feitos durante a reunião realizada no dia 19 de junho de 2019, informando ainda que a demanda de elaboração de proposta preliminar do Programa Revive no Brasil havia sido feita à Secretaria Nacional de Integração Interinstitucional – SNINT por meio do Ofício nº 278/2019/GM, encaminhado pelo processo SEI nº 72031.007485/2019-24.

A Diretora indicou que a equipe do DEPROD havia realizado a análise dos documentos elencados ao processo e dispostos no portal promocional <https://revive.turismodeportugal.pt/>, mas que também havia sido realizada uma videoconferência com a equipe do instituto Turismo de Portugal para que fossem repassados maiores detalhes acerca da metodologia do programa, assim como para dirimir dúvidas sobre sua implementação.

Lívian Lima informou ainda que havia realizado reunião com representantes do estado da Bahia para compreender a parceria que estavam desenvolvendo para a realização do programa na UF, mas que as tratativas ainda eram iniciais, não havendo maiores informações ou orientações sobre como será desenvolvida a parceria com o Governo do Portugal. Por fim, indicou que a equipe realizou ainda reunião junto ao IPHAN para alinhamentos gerais sobre atuação de ambos os órgãos e possibilidade de parceria para a implementação do Revive no Brasil.

A Coordenadora-Geral de Parceiras e Concessões, Rafaela Lehmann, iniciou então a apresentação, informando em linhas gerais do que se tratava o programa e quais eram seus objetivos, indicando que para a definição da metodologia de implementação do Revive no Brasil, seriam necessárias algumas definições de âmbito político para adequação da estratégia a ser tomada.

### **1- Formalização da Cooperação**

A primeira definição seria acerca da adoção do modelo implantado em Portugal ou a construção de programa com metodologia própria. A Coordenadora explicou que para utilizar a metodologia e marca do Programa Revive, seria necessária a elaboração de instrumento para a formalização da cooperação entre os dois países, de forma a prever as atribuições e contrapartidas de ambos, definindo ainda normas para utilização da marca e as ações promocionais integradas. Já optando por um modelo próprio, não seria necessária a formalização de parceria, havendo maior autonomia para adaptações à metodologia, sendo recomendável ainda uma avaliação de outros modelos internacionais para subsidiar a construção do programa próprio.

O Assessor Especial do Ministro, Matheus Martins, indicou que seria mais estratégico seguir com o modelo implementado em Portugal, que já dispunha de metodologia e processos pré-definidos, além da possibilidade de orientação por parte da equipe do Turismo de Portugal, o que facilitaria a implementação do programa no Brasil. Considerou ainda o prestígio e a relevância da marca do Revive, e do próprio posicionamento do turismo de Portugal, que agregaria ainda mais valor ao programa no Brasil.

### **2- Comitê Gestor**

Outro ponto a ser considerado seria a instituição de Comitê Gestor Nacional, que à princípio, levando em consideração as competências regimentais, deveria ser formado por representantes do Ministério do Turismo, da Secretaria-Especial de Cultura do Ministério da Cidadania, Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural Nacional -



Ministério do Turismo  
Gabinete do Ministro

IPHAN, e Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União – SPU do Ministério da Economia. Outros órgãos poderiam ser convidados a participar de reuniões do Comitê Gestor a depender da necessidade de manifestação acerca de alguma temática cuja competência fuja à alçada das entidades acima mencionadas.

A Coordenadora-Geral indicou ainda, que seria necessária a instituição de Comitês Gestores Locais, um para cada patrimônio, de forma a considerar os diversos atores e grupos que realizam a gestão e/ou utilização do patrimônio. Ex: Igreja Católica, Associações de Grupos Culturais, Fundações e Universidades.

### **3- Revisão de Normativos**

Rafaela Lehmann colocou que para a integração do Projeto Revive fosse implementada por meio da “gestão compartilhada” estabelecida entre o Ministério do Turismo e a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União – SPU do Ministério da Economia, seria necessária a adequação da Portaria Interministerial nº 151/2019, de forma a inserir o IPHAN e/ou o Ministério da Cidadania no âmbito da parceria. Desta forma, seria necessário ainda a reformulação da Instrução Normativa Conjunta (ainda não publicada) que estabelecerá os procedimentos operacionais para a gestão compartilhada das áreas da União com potencial para o desenvolvimento do turismo.

Outro caminho seria a elaboração de novo normativo, entre os entes do Comitê Gestor, para viabilizar a realização do Revive Brasil, onde cada órgão/entidade atuaria conforme suas competências regimentais. Desta forma, a Portaria Interministerial nº 151/2019 não seria alterada.

A Diretora do DEPROD colocou que a parceria com o Ministério da Economia era algo almejado a anos pelo Ministério do Turismo, e que o MTur perderia muito ao alterar a Portaria em virtude de se trabalhar apenas os imóveis com características voltadas para implementação do Revive.

A Coordenadora-Geral de Parcerias e Concessões alertou que ao optar pela manutenção da Portaria, de forma a trabalhar as áreas da União de forma mais ampla, o MTur deveria se atentar para a quantidade de demandas represadas que a SPU deverá remeter ao órgão assim que houver a publicação da Instrução Normativa, e que a estrutura da SNINT não teria capacidade operacional para atuar nas várias frentes que estão sendo construídas para o trabalho de concessões e parcerias.

Foi consensuado que a Portaria nº 151/2019 não seria alterada e que para a viabilidade de implementação do Programa Revive do Brasil, seria elaborado novo normativo entre os entes do Comitê Gestor. A CGPC deveria então indicar uma previsão de quadro de servidores, com detalhamento de perfil, para viabilizar a operacionalização das duas pautas.

Rafaela Lehmann indicou que para a viabilidade do Revive, seria necessária ainda a retificação da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços, que atualmente não trata de “serviços turísticos”, apenas serviços públicos. Por fim, seria também necessária análise da legislação que trata os bens patrimoniais tombados, para identificar possíveis restrições à implementação do projeto no Brasil. O Assessor Técnico do Gabinete do Ministro, Wilken Souto, informou que aos moldes do que o ICMBIO havia feito em relação à concessão de serviços de apoio em Unidades de Conservação, haveria possibilidade de prever um artigo na Medida Provisória que está sendo elaborada pelo GM, que trouxesse a competência de realizar a concessão de serviços turísticos em áreas públicas para o MTur.



Ministério do Turismo  
Gabinete do Ministro

#### **4- Priorização de Áreas – Definição de Pilotos**

Para o mapeamento das possíveis áreas a serem trabalhadas em âmbito da parceria estabelecida junto ao ME, foi realizado levantamento de áreas da União com potencial para o desenvolvimento do turismo junto às Secretarias Estaduais de Turismo.

Foram coletadas respostas de 17 estados (os demais não se manifestaram), onde foram elencadas 217 áreas, com as mais variadas características, como fortes, praias, museus, fazendas, praças, etc.

Com vistas a priorizar áreas da União que estivessem no escopo de trabalho do Programa Revive e que estivessem alinhadas às políticas do MTur, foram estabelecidos os seguintes critérios e filtros que foram aplicados à listagem indicada pelas UF's:

- O imóvel deve ser uma edificação (não serão contemplados terrenos);
- Município onde o imóvel está inserido deve estar contemplado no Mapa da Turismo Brasileiro;
- Município onde o imóvel está inserido deve participar das Rotas Estratégicas do Programa Investe Turismo;

A partir dos filtros aplicados, foram elencadas 34 edificações. Conforme dispõe a Portaria Interministerial ME/MTur nº 151, de 10 de abril de 2019, a listagem foi encaminhada Secretaria de Coordenação de Governança do Patrimônio da União – SPU, para a verificação da disponibilidade das mesmas. Após a homologação da disponibilidade, as áreas seriam analisadas quanto à sua vocação turística e quanto a relevância como patrimônio arquitetônico, histórico ou cultural.

A Coordenadora-Geral ponderou, no entanto, que para uma distribuição territorial adequada, não seria viável não considerar os patrimônios localizados nos dez estados não respondentes, e que seria de suma importância também elencar as priorizações do IPHAN para a definição dos pilotos.

Outra questão colocada, seria em relação a considerar ou não demandas externas, visto que conforme a metodologia do Programa Revive, o mapeamento e definição dos patrimônios a serem trabalhados é competência exclusiva do Comitê Gestor. Esta seria outra divergência entre a metodologia do Revive e os normativos que tratam da “gestão compartilhada”, que prevê projetos técnicos de iniciativa do Mtur, SPU, UF's, municípios e até entes privados.

Desta forma, foi consensuado que para o trabalho do Revive Brasil, a listagem de patrimônios indicados pelas UF's seria considerada como um dos critérios classificatórios para a seleção dos projetos piloto, mas que seriam considerados outros fatores para a definição das áreas a serem trabalhadas. Também foi consensuado, que uma vez que o Brasil seguiria a metodologia de Portugal, a proposição de patrimônios a serem trabalhados, seria feito apenas em âmbito do Comitê Gestor.

#### **5- Estudos e Ações necessárias**



Ministério do Turismo  
Gabinete do Ministro

Após a definição das áreas prioritárias, a Coordenadora da CGPC informou que como cada imóvel a ser trabalhado em âmbito do Revive possui características estruturais e necessidades distintas para sua devida destinação, é necessária a definição de diretrizes e critérios mínimos para a apresentação dos estudos de viabilidade, modelagem e projetos técnicos para sua utilização, principalmente advindos de Manifestações de Interesse Privado – MIP.

Tais diretrizes também irão assegurar a devida destinação dos imóveis objeto de concessão comum, permissão de serviços públicos, PPP, arrendamento ou concessão de direito real de uso, garantindo a salvaguarda do patrimônio e a adequação do tipo de exploração às necessidades de desenvolvimento de cada região.

Tais diretrizes serão estabelecidas via Portaria Interministerial (MTur/IPHAN), a qual deve contemplar, entre outros aspectos os seguintes:

- Levantamentos arquitetônicos e topográficos dos imóveis;
- Memórias Históricas e Artísticas dos imóveis;
- Indicadores de aumento do fluxo turístico e desenvolvimento do turismo na região;
- Indicadores de aumento dos postos de trabalho e renda da população local;
- Viabilidade técnica, econômica e ambiental.

A partir dos estudos de viabilidade e modelagem realizados, o Comitê Gestor elaborará edital de licitação com vistas à concessão da área, que deverá ser compatibilizado junto às Consultorias Jurídicas dos órgãos participantes, de forma a garantir a viabilidade jurídica do instrumento.

Será disponibilizado junto ao edital de licitação um documento de orientação (caderno de encargos) com os termos, condições e exigências aplicáveis às obras a serem realizadas, bem como às atividades a serem exploradas na área, sem prejuízo às obrigações legais e regulamentares pertinentes.

O Comitê Gestor deverá estabelecer, para cada edital, os modelos de negócios, valores, índices de correção, sanções, formas de pagamento e outros pontos dos contratos. O contrato de cessão/concessão deverá ser assinado conjuntamente entre os representantes dos órgãos cedentes e cessionários, no qual constará expressamente as condições estabelecidas, definindo ainda as competências e obrigações de cada ente para o monitoramento e fiscalização do mesmo. É necessário definir ainda se a destinação será feita aos entes subnacionais (estados e/ou municípios) ou diretamente ao vencedor do certame.

O Ministério do Turismo deverá assegurar a ampla divulgação do edital, via site promocional próprio do programa, de forma a garantir a captação de investidores nacionais e internacionais.

## **6- Outras Definições**

### **6.1. Linhas de Crédito**

O Programa Revive Portugal, conta com linha de crédito com garantia mútua, com orçamento global de até € 150 milhões. Dentre as principais condições de acesso, é possível destacar que a empresa precisa ter sua situação regularizada, não possuir incidentes não justificados junto da Banco ou das Sociedades de Garantia Mútua, precisa ser uma nova empresa ou operando há menos de 7 anos contados da data da sua primeira venda comercial e a obra materialmente não concluída na data da assinatura do financiamento.



Ministério do Turismo  
Gabinete do Ministro

As micro e pequenas empresas têm prioridade ao acesso da linha de crédito do programa, que é destinada exclusivamente para o financiamento de reabilitação de edificações que fazem parte do Programa Revive, de modo a adaptá-los ao objeto dos respectivos contratos de concessão.

Dentre as condições do financiamento, podemos destacar o montante máximo de € 7.5 milhões, o prazo de 20 anos (incluindo 5 anos de carência) e a taxa de juros que tem “spread” máximo de 3,5%.

Rafaela Lehmann indicou que para a implementação do Revive no Brasil é necessário avaliar a necessidade de linha de crédito específica (ou utilização alguma já existente para financiamento de obras de turismo), além de condições diferenciadas para o acesso ao Fungetur.

## **6.2 Atração de Investimentos**

O Ministério do Turismo, juntamente com os demais entes do Comitê Gestor, deverá elaborar Catálogo de Investimentos destinado aos patrimônios trabalhados em âmbito do Projeto Revive, a ser divulgado em portal específico, aos moldes ou integrado ao portal do Turismo de Portugal, trabalhando ainda ações específicas para atração de investimentos em mercados estratégicos. Tal ação poderá ser trabalhada em parceria com a Embratur.

## **6.3 – Seminário Revive Brasil**

A Coordenadora-Geral de Parcerias e Concessões informou a todos a intenção de se realizar um Seminário Revive Brasil, ainda em 2019, de forma a apresentar a estratégia do programa aos governos estaduais e municipais, parceiros e entidades do trade. Seria uma forma de orientar as secretarias de turismo de como implementar o programa em seus territórios, visto que existem patrimônios de domínio dos estados e municípios. Neste evento, previsto para meados de outubro, seria fundamental a presença de representantes do Turismo de Portugal, inclusive para assinar o instrumento de formalização da parceria, se for o caso.

## **7 – Concessões no Turismo**

Por fim, Rafaela Lehmann contextualizou o momento oportuno que o Ministério do Turismo está vivendo, visto que a pauta está sendo inserida na agenda econômica do governo, e que as concessões no turismo seriam a ação estratégica do órgão, que poderiam reposicionar a relevância do ministério na esplanada.

Porém, as expectativas acerca da temática, estavam superiores à capacidade de entrega, visto que o órgão não está estruturado para trabalhar a pauta de concessões, sendo necessária uma readequação na estrutura do MTur para que de fato a pauta fosse priorizada, não apenas pela SNINT, mas por todo o quadro.

Dessa forma, a equipe do DEPROD indicou que seria fundamental a estruturação de uma atuação coordenada entre as diversas áreas do MTur, de forma a garantir um fluxo adequado às demandas que surgirão em âmbito da “gestão compartilhada”, Programa Revive, Áreas Especiais de Interesse Turístico e outras ações correlatas.

O Secretário Nacional de Integração Interinstitucional, Bob dos Santos, ratificou a preocupação com as inúmeras demandas que a secretaria está coordenando, consideradas como estratégicas para o órgão, sem ter equipe qualificada ou em número suficiente para atende-las de forma adequada.



Ministério do Turismo  
Gabinete do Ministro

Wilken Souto informou que o gabinete do Ministro está mapeando o número de servidores, funções e gratificações disponíveis em cada setor para que seja feita redistribuição, conforme as competências e necessidades de cada área técnica. E que já estão considerando as questões indicadas pela equipe da SNINT.

Os representantes do Gabinete do Ministro solicitaram então que a equipe da CGPC elaborasse uma proposta de fluxo para os processos de parcerias e concessões que o MTur está desenvolvendo, para que então pudessem orientar quanto à atuação de cada setor para cada uma das pautas. Solicitou ainda que fossem levantados os perfis de servidores para a atuação na área de parcerias e concessões.

**Principais encaminhamentos:**

Assunto	Atividade	Responsável	Prazo ideal/tentativo
1	Adaptar proposta de implementação do Programa Revive no Brasil, considerando modelo implementado em Portugal.	CGPC/SNINT	Agosto 2019
2	Articular junto à SPU e IPHAN a elaboração de normativo para a implementação do Programa Revive no Brasil.	CGPC/SNINT	Agosto 2019
3	Elaborar proposta de realização de Seminário Revive Brasil	CGPC/SNINT	Agosto 2019
4	Elaborar proposta de fluxograma de processos internos referente à implementação do Revive no Brasil.	CGPC/SNINT	Agosto 2019
5	Apresentar proposta de readequação de equipes e gratificações do Ministério do Turismo de forma a priorizar áreas que tratam de pautas estratégicas para o governo.	GM	Á definir
6	Definir representantes para o Comitê Gestor do Programa Revive	SNINT / SNETUR	Agosto 2019

**Responsáveis pela elaboração desta memória de reunião:**

*Rafaela Lehmann*

*Coordenação-Geral de Parcerias e Concessões*



Ministério do Turismo  
Gabinete do Ministro

**Revisão:**